

A grande virada de Lenin

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

“Por que vocês o embalsamaram?” , perguntei ao operário comunista que me acompanhava. “Vocês fizeram dele uma múmia.” “Não acreditamos na imortalidade da alma”, respondeu.

Curzio Malaparte, *Le bonhomme Lénine*

Anel de ferro da ortodoxia?

O fato de não ter havido um “jovem Lenin” sugere forte continuidade em seus textos, tanto quanto em seus combates. Não há nele ruptura teórica comparável à que separa o jovem Marx do Marx da maturidade. Nem por isso devemos concluir que, em seus escritos e em sua ação, ele apenas aplicou a teoria de Marx e de Engels. Ao contrário, sustentamos que a fórmula marxismo-leninismo, independentemente da significação política que lhe foi atribuída para designar, a partir dos anos 1950, os partidos que romperam com a URSS para seguir a doutrina de Mao Zedong, parece-nos ter alcance teórico decisivo. Sem “Imperialismo, estágio superior do capitalismo”, a história mundial do século XX e do começo do XXI não seria compreensível. Ora, os conceitos fundamentais introduzidos por Lenin nessa obra fundamental, a começar pelo de imperialismo, não figuram nos textos dos fundadores. É indispensável, pois, analisar o significado da virada que ele imprimiu na teoria marxista.

Cabe notar inicialmente que, quarenta anos atrás, Michael Löwy apresentou uma interpretação da trajetória teórica de Lenin bem diferente daquela que

* Professor colaborador do Departamento de Filosofia da Unicamp.

sustentamos. Num artigo cujo argumento central vem anunciado no título, “Da Grande Lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado” (Löwy, 1970), ele desenvolve uma ideia cara aos trotskystas, a saber, que ocorreu efetivamente uma ruptura teórica no pensamento de Lenin, mas que tal ruptura se expressou nas “Teses” de abril de 1917. Segundo ele, a leitura da *Lógica* de Hegel, iniciada em setembro de 1914, teria levado Lenin a romper com sua visão determinista, mecanicista, da evolução social. Antes de 1914, uma das “primeiras fontes” de seu pensamento filosófico era “o capítulo da *Sagrada família* intitulado ‘Batalha crítica contra o materialismo francês’, [...] precisamente o *único* escrito de Marx em que ele ‘adere’ de uma maneira *não crítica* ao materialismo francês do século XVIII”. Outro grave sintoma das limitações teóricas de Lenin seria sua adesão ao marxismo de Kautsky, no qual ele se apoia em sua polêmica contra Plekhanov. Enfim, “uma análise minuciosa” de “Duas táticas da social-democracia na revolução democrática” põe em evidência, em 1906, “a *tensão* no pensamento de Lenin entre seu realismo revolucionário geral e os limites que lhe impõe o apertado anel de ferro do marxismo que se pretende ‘ortodoxo’” (Löwy, 1970, p.257; grifos no original).

Se Löwy tivesse voltado ainda mais atrás na cronologia das obras de Lenin, teria encontrado a mesma *tensão* já em 1902. Sabemos, com efeito, que, em *Que fazer?*, embora salientando o caráter burguês da revolução, ele atribuiu à classe operária o papel de vanguarda na luta pela democracia.¹ Doze anos, pois, antes da leitura aprofundada da *Lógica* de Hegel, ele mostrou uma dupla audácia dialética. Em primeiro lugar, porque nada é menos “determinista” (no sentido pejorativo que tal termo costuma ser empregado) do que atribuir a uma classe social um papel político decisivo numa revolução que não corresponde a seus interesses históricos maiores. Em segundo, porque a resposta prática à questão colocada no título *Que fazer?*, a criação de um órgão político central para toda a Rússia, exprime uma compreensão dialética do combate revolucionário, que articula a consciência socialista, a organização que a concretiza e o programa que sintetiza seus objetivos. Fazer do “caráter socialista” o gabarito único do programa revolucionário é empobrecer a análise. O programa é uma categoria essencialmente política: articula os interesses históricos fundamentais de uma classe social a seus objetivos concretos numa situação específica. Esses objetivos se determinam no âmbito da densa rede das relações sociais: a política supõe uma visão de conjunto da totalidade social. Isso explica a recorrência da palavra *todas* em itálico nesta passagem bem conhecida:

A consciência política de classe só pode ser trazida ao operário *do exterior*, isto é, do exterior da luta econômica [...]. O único domínio de onde se poderia extrair este

1 Sem esquecer de que os argumentos de *Que fazer?* tinham sido anunciados e sinteticamente expostos no ano precedente (1901), em *Por onde começar?*.

conhecimento é o das relações de *todas* as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de *todas* as classes entre elas. [...] Para levar aos *operários* os conhecimentos políticos, os social-democratas *devem dirigir-se a todas as classes da população*, devem enviar *em todas as direções* destacamentos de seu exército. (Lenin, 1965, p.431; grifos no original)

Löwy sem dúvida conhecia bem tais textos. Por que então, a despeito deles, falar em “anel de ferro da ortodoxia”? Porque, embora preconizando a ditadura revolucionária dos operários e dos camponeses, Lenin pensava que tal revolução democrática teria caráter burguês (Löwy, 1970, p.258). Os que não se empolgam com a fraseologia revolucionária perguntarão se há, à luz do materialismo histórico, uma maneira de determinar o caráter de uma revolução sem levar em conta o nível de desenvolvimento das forças produtivas e, no caso da Rússia em particular, da lógica da economia camponesa.

O otimismo dos fundadores

O sentido corrente do termo “ortodoxia” é predominantemente pejorativo, mas sabemos que literalmente ele significa opinião correta. Essa ambiguidade não é fortuita. Quando Lenin qualifica de renegados Kaustky e os outros dirigentes da Segunda Internacional que não se opuseram à guerra, ele se coloca no ponto de vista de uma certa ortodoxia, digamos, a do *Manifesto do Partido Comunista*. Foi também relativamente a tal ortodoxia que Luigi Cortese bem notou que “até 1914 a lógica da transição ao socialismo estava contida na própria lógica do desenvolvimento capitalista, a qual, em certo sentido, a garantia e a revolução socialista irromperia da plenitude deste desenvolvimento” (Cortese, 1997, p.244).² É claro o vínculo entre essa convicção otimista de que o curso objetivo da história social ia no sentido da vitória do socialismo e o determinismo no sentido corrente. Lenin partilhava do mesmo otimismo que encontramos em *A ideologia alemã* e no *Manifesto do Partido Comunista*. Nessas duas obras transparece a ideia de que quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior se torna a probabilidade de uma revolução proletária vitoriosa. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels marcam a diferença entre sua concepção do comunismo e as utopias coletivistas que proliferavam então nos meios revolucionários europeus, salientando que

o comunismo não é para nós um *estado de coisas* (*ein Zustand*) que deva ser implantado, nem um *ideal* ao qual a realidade deva se adaptar. Chamamos comunismo o movimento *real* que abole o presente estado de coisas (*den jetzigen Zustand*). As condições desse movimento resultam de pressupostos que já existem (*der jetzt bestehenden Voraussetzung*). (Marx; Engels, 1978a, p.226; grifos no original)

2 Comentamos os principais estudos dessa obra coletiva em *Crítica Marxista* n.10 (Quartim de Moraes, 2000, p.133-144).

Essa tese é suscetível de múltiplas interpretações. Sugere uma visão determinista da história universal, bem como uma concepção espontaneísta da dinâmica revolucionária. O comunismo, dizem em síntese, não é um plano de sonhadores bem intencionados, e sim um *movimento real*. Devemos entender que ele é, como diríamos hoje, um processo objetivo?

Encontramos a resposta dois anos depois, no *Manifesto do Partido Comunista*. Marx e Engels nele apresentam

as proposições teóricas dos comunistas não se apoiam de modo algum em ideias ou princípios imaginados ou encontrados por este ou aquele reformador do mundo. Elas constituem somente a exposição geral das condições efetivas de uma luta de classes existente, de um movimento histórico que se desenvolve sob nossos olhos (*unter unsern Augen*). (Marx; Engels, 1978b, p.430)

A locução adverbial enfatiza o caráter concreto do movimento: ele cai sob nossos olhos: não é uma expectativa que nutrimos no pensamento e na vontade, mas um processo visível para quem se dispuser a olhar para ele. A dinâmica desse processo corresponde à expansão planetária da burguesia. Ela submete em toda parte a produção social de riqueza à lógica objetiva da valorização do capital. Mas corresponde também, na medida em que suprime todas as relações sociais anteriores, à proletarianização tendencial de todo trabalho produtivo e consequentemente à polarização da sociedade entre burgueses e proletários. É pois o próprio desenvolvimento do capitalismo que desenvolve as condições de sua superação. Daí a *expectativa* de que o proletariado rompesse a ordem do capital nos países europeus avançados e instaurasse uma livre associação de produtores, na qual os meios de produção se tornariam patrimônio comum (= *comunista*) da humanidade.

Essa pretensão radical à objetividade está submetida, como qualquer outra teoria, à prova dos fatos. O programa comunista só se propunha, com efeito, tirar as consequências do movimento objetivo da história social. É verdade que jamais Marx e Engels afirmaram que quanto mais o capitalismo se desenvolvia num país, mais ele se tornava propício à eclosão da revolução proletária. Mas a expectativa da tomada do poder pela classe operária dos países europeus economicamente avançados está claramente presente no *Manifesto*.

Comuna de Paris: o que os fatos provaram?

A expectativa da revolução proletária encontrou na grandiosa e trágica experiência da Comuna de Paris sua primeira concretização histórica.³ Sabemos que entre a queda do regime imperial em 2 de setembro de 1870 e a revolução proletária,

3 A passagem que segue sobre a Comuna de Paris retoma com modificações a comunicação apresentada em 22 de maio de 2001 no Colóquio organizado pelo Cemarx-Unicamp, marcando os 130 anos da Comuna de Paris (1871-2001). A comunicação foi publicada, sob o título "Marx, Engels e Lenin perante a Comuna de Paris", no livro *A Comuna de Paris na História* (Quartim de Moraes, 2001).

no dia 18 de março de 1871, Marx e Engels manifestaram, tanto publicamente quanto em sua correspondência, o temor de que a bancarrota política e militar do “baixo império” estimulasse alguma “loucura desesperada”, como seria tentar “derrubar o novo governo quando o inimigo golpeia quase nas portas de Paris”. A ponderação se encontra no segundo manifesto da Internacional sobre a Guerra Franco-Prussiana, datado de 9 de setembro de 1870. No dia 6, congratulando-se com Engels pela ida de Serrailier⁴ a Paris, Marx frisou que a presença do operário era indispensável num momento em que

toda a seção francesa da Internacional se pôs a caminho de Paris para ir lá fazer besteiras em nome da *Internacional*. ‘Eles’ querem derrubar o governo provisório, *estabelecer a Comuna de Paris*, nomear Pyat⁵ embaixador da França em Londres etc. [grifos nossos]

Entrementes, as seções parisienses da Internacional haviam lançado um manifesto cujo “tom patrioteiro (*chauvin*) mostrara quanto os trabalhadores franceses ainda estavam sob o domínio da fraseologia vazia e confirma todas as apreensões de Marx e de Engels”.⁶ Este último, no dia 7, assim as expressou àquele:

Esses homens, que suportaram Badinguet⁷ durante vinte anos, que, seis meses atrás, não puderam impedir que ele obtivesse 6 milhões de votos contra um milhão e meio e que sem razão ele os lançasse contra a Alemanha, essa gente exige agora, porque os alemães vencedores lhes *deram de presente* uma república – e que república! – que os alemães deixem imediatamente o solo sagrado da França, senão: *guerra até o fim*. Continuam a imaginar como outrora que a França é superior, que seu solo foi santificado em 1793 e que nenhuma das ignomínias praticadas desde então pela França não poderia profaná-la, que a palavra República é sagrada.

Tudo mudou a partir da madrugada de 18 de março, quando Thiers empreendeu traiçoeira tentativa de roubar os canhões que defendiam Paris, para levá-los para longe do povo em armas. Entretanto, executada com incompetente lentidão (faltaram carroças para carregar os canhões), a manobra perdeu o efeito de surpresa. Na colina de Montmartre, onde se encontrava o principal depósito de peças de artilharia, a população, alertada pelas sentinelas da Guarda Nacional, deu o alarme geral. Mesmo as tropas regulares encarregadas do roubo recusaram-se a atirar na multidão. Informado do fracasso, Thiers fugiu de Paris para se refugiar

4 Auguste Serrailier era operário da indústria de sapatos. Foi dirigente da Comuna e condenado à morte à revelia. Refugiou-se na Inglaterra, onde assumiu, em 1872, a função de secretário correspondente do Conselho Geral da Internacional para a França.

5 Félix Pyat era um desses radicais falastrões, sincero em suas convicções, mas confuso, briguento e trapalhão.

6 Nota do editor de *La guerre civile en France* (Marx, 1968a, p.11).

7 Um dos apelidos de Napoleão, o pequeno.

em Versalhes, cidade-palácio dos últimos reis da monarquia absoluta, onde chegou, desmoralizado, no dia seguinte. Os generais Lecomte (que em vão tentara fazer suas tropas atirar no povo) e Clément Thomas (um dos carneiros da repressão em junho de 1848) foram sumariamente executados pela multidão. A Guerra Franco-Prussiana transformara-se em guerra civil entre burgueses e proletários franceses, aqueles dispendo do que sobrara do Exército imperial, estes contando com a Guarda Nacional. A partir desse momento, para Marx e para Engels, a solidariedade com a Comuna passou adiante de qualquer consideração crítica.

No dia 6 de abril de 1871, três semanas apenas após a tomada do poder pelo proletariado parisiense na gloriosa jornada de 18 de março, em carta endereçada a Wilhelm Liebknecht, Marx expressa a solidariedade irrestrita e a admiração veemente que lhe suscitava o heroico “assalto ao céu” e que o faziam acompanhar com apaixonada concentração cada episódio da grande tragédia histórica que se desenrolava na capital da França, sem contudo perder a lucidez crítica:

Os parisienses sucumbem, é evidente, e por culpa deles próprios, mas uma culpa que se deve, em suma, a um excesso de *honnêteté*.⁸ O Comitê Central e, mais tarde, a Comuna deixaram a Thiers, esse *maléfico aborto*,⁹ tempo para concentrar as forças inimigas; 1) porque não quiseram, por tolice, começar a *guerra civil*, como se Thiers não a tivesse primeiro começado ao tentar desarmar Paris pela força, como se a Assembleia Nacional chamada a decidir da guerra ou da paz com os prussianos não tivesse desde logo declarado a guerra *à república!* 2) para não serem acusados de ter usurpado o poder, perderam um tempo precioso para eleger a Comuna, cuja organização etc. exigiu tempo, em vez de marcharem sobre Versalhes logo após a derrota da reação em Paris (*place Vendôme*).

Não creias numa só palavra do que os jornais escrevem sobre os acontecimentos internos de Paris. Não passam de mentiras e imposturas. Nunca essa suja rabiscadura jornalística burguesa tinha se manifestado com tal estardalhaço. [grifos no original]

Antes de retomar as observações críticas formuladas na semana anterior na carta a Liebknecht (não ter tomado a iniciativa militar e ter perdido, com o processo eleitoral, tempo decisivo para o destino da revolução), Marx chama a atenção, em carta a Kugelmann datada de 12 de abril de 1871, quando o destino da Comuna ainda não estava selado, para a conclusão do *Dezoito brumário de Luís Bonaparte*:

[nela] saliento, como verás se a releres, que a próxima tentativa da revolução na França deverá consistir não mais em transferir para outras mãos a máquina burocrática militar, como ocorreu até agora, mas em *destruí-la*. É a condição primeira de qualquer revolução verdadeiramente popular no continente. É também o que

8 Nas citações, mantemos em itálico os termos que estão em francês no original.

9 No original “*mischievous*” (em inglês), “*avorton*” (em francês).

tentaram nossos heroicos camaradas de Paris. [...] A história não conhece exemplo tão grandioso. Se sucumbirem, somente a “alma bondosa” deles será a causa.

A revolução em ato punha em evidência os erros estratégicos. Sem esconder sua inquietação diante dos erros militares dos *communards*, que tornavam previsível o cerco e aniquilamento da insurreição do povo parisiense, Marx replicou a Kugelmann que, em carta de 15 de abril, lamentava as duras consequências de uma previsível derrota:

A derrota privará novamente o movimento operário de seus chefes, por tempo bastante longo. Não subestime esta desgraça! Em minha opinião o proletariado tem no momento muito mais necessidade de educação do que da luta com armas na mão. Imputar o insucesso a um acaso qualquer não é recair no erro que o *Dezoto Brumário* censura de maneira tão convincente nos pequenos burgueses?

Ele responde, em 17 de abril, que “seria evidentemente muito cômodo fazer a história se só devêssemos travar a luta com chances infalivelmente favoráveis”.

Entre os muitos textos que Marx escreveu durante a febril agitação do grande combate histórico, estão, além das cartas diretamente enviadas a dirigentes do proletariado revolucionário (Serrailleur, Frankel,¹⁰ Varlin¹¹), quase todas perdidas, três cartas preservadas para correspondentes alemães, dois “ensaios de redação” de *A guerra civil na França* – o primeiro, redigido provavelmente em abril e início de maio de 1871, o segundo antes do massacre desencadeado em 21 de maio, já que Marx nele se refere ao previsivelmente trágico desfecho como ainda não tendo ocorrido (diz “se eles vencerem” referindo-se a Thiers e sócios) – e, enfim, o “Pronunciamento (Adresse) do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores” (AIT ou Primeira Internacional), texto final escrito entre

10 Originário da Hungria, Frankel exercia o ofício de ourives. Fixou-se ainda bem jovem na França, onde tornou-se membro da AIT (Primeira Internacional). Foi eleito para o Conselho da Comuna. Bateu-se corajosamente. Ferido nas barricadas da Rue du Faubourg Saint-Antoine, durante a Semana Sangrenta, foi salvo por Elisabeth Dmitrieff, fundadora da União das Mulheres. Condenado à morte, refugiou-se na Inglaterra, onde atuou muito próximo de Marx. Desenvolveu nos anos seguintes intensa atividade de organização dos operários na Europa Central. Votou pela expulsão de Bakunine da AIT. Em 1890, participou do Congresso de fundação da Segunda Internacional, da qual foi, durante os poucos anos que lhe restava viver (morreu de pneumonia em 1896) um destacado militante.

11 Filho de camponeses pobres, Eugène Varlin trabalhou como encadernador em Paris. Muito ativo na militância de classe, aderiu à Primeira Internacional pouco após sua fundação. Defendeu arduamente a igualdade de direitos das mulheres. Foi preso muitas vezes por participação nas greves articuladas pela AIT. Eleito conselheiro da Comuna, bateu-se valentemente até o fim. No último dia dos massacres promovidos pelos versalheses triunfantes, foi reconhecido por um padre, conduzido a Montmartre, onde lhe vazaram um olho e o espancaram até a morte. A Igreja Católica foi infame do começo ao fim da Comuna, perenizando seu ódio na Abadia de Montmartre, erguida com doações da burguesia eufórica para comemorar o massacre dos *communards*.

21 e 30 de maio, durante e logo após a “semana sangrenta”. Em *A guerra civil na França*, Marx oferece um bem desenhado retrato dos protagonistas, entre os quais o de Thiers, “gnomo maligno” (Marx, 1968a, p.182), uma análise concreta da correlação de forças, das medidas de interesse coletivo adotadas pela Comuna, do que estava em jogo na grande tragédia parisiense e, sobretudo, ele salientou a radical socialização do poder político realizada por essa primeira expressão histórica do poder proletário. Não escondeu, entretanto, sua inquietação diante dos erros militares dos *communards*, que faziam prever o cerco e o aniquilamento da insurreição do povo de Paris.

O próprio Marx, entretanto, em alguma medida relativizou, exatamente a propósito da Comuna, a afirmação do caráter irreversivelmente terrorista do Estado burguês. Em carta pouco citada, sem dúvida por suscitar alguma perplexidade, que enviou em 22 de fevereiro de 1881 à social-democrata holandesa F. Domela-Nieuwenhuls (Marx; Engels, 1971a, p.347-349),¹² ele comentou a experiência revolucionária de 1871 em termos mais secos:

Abstração feita de que se tratava de uma simples sublevação de uma cidade em condições excepcionais, a maioria da Comuna não era socialista e nem podia sê-lo. Com um mínimo de bom senso, ela poderia entretanto ter obtido de Versalhes um acordo útil a toda a massa do povo, única coisa que era possível atingir naquele momento. Se tivesse se apropriado do Banco da França, ela teria logrado assustar os falastrões de Versalhes. (Marx; Engels, 1971a, p.348)

A diferença de tom é evidente, mas o comentário, com dez anos de distância, é pertinente. Imaginar que a Comuna poderia ter integralmente triunfado, consolidando o poder operário na França, entre a rainha Vitória e Bismarck, é levar o otimismo bem mais além do que permite um raciocínio estratégico minimamente comprometido com a espessura dos fatos. Segue-se que, se um triunfo completo estava fora do horizonte histórico, alguma negociação se impunha. Se tivessem conquistado Versalhes e se apoderado do ouro do Banco da França, os *communards* poderiam talvez ter tido destino mais propício do que o massacre.

Comuna, ditadura do proletariado, II Internacional

No “Pronunciamento”, que é a versão definitiva de *A guerra civil na França*, Marx expôs as características essenciais do poder político revolucionário da Comuna de Paris:

A Comuna foi composta de conselheiros municipais, eleitos pelo sufrágio universal nos diversos bairros (*arrondissements*) da cidade. Eram responsáveis (por seus atos)

¹² Ver também Marx e Engels (1971b, p.255-256).

e revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros eram, obviamente, operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser não um organismo parlamentar, mas um corpo em ação, ao mesmo tempo executivo e legislativo. [...] a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e a qualquer momento revocável. O mesmo ocorreu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os escalões inferiores, a função pública devia ser exercida mediante *salários de operários*. (Marx, 1968a, p.41-42)

Ultrapassagem radical da separação liberal dos poderes entre um executivo burocrático e um parlamento de falatrões, a Comuna aboliu a categoria da “representação” (= transferência aos “representantes” do poder dos “representados”). Meros mandatários, os conselheiros municipais não eram donos de seus mandatos, podendo ser destituídos em qualquer tempo pelo povo soberano. As funções públicas, políticas ou administrativas, remuneradas com salários equivalentes aos dos operários, deixavam de ser uma sinecura.

A essa primeira configuração histórico-concreta do poder revolucionário do proletariado, Marx contrapôs no “Segundo ensaio de redação” de *A guerra civil na França*, uma visão sombria das instituições políticas burguesas. Retomando a análise desenvolvida vinte anos antes no *Dezoito brumário* sobre a centralização burocrática do Estado francês, ele argumentou que a dominação burguesa exigia o “império”, isto é, a ditadura policial-militar de Napoleão III (e, por extensão, a forma ditatorial-militarista e policialesca do Estado capitalista):

O Estado, que parece ter se erguido acima da sociedade civil, torna-se ao mesmo tempo a estufa de todas as corrupções dessa sociedade. Seu completo apodrecimento e o apodrecimento da sociedade que ele devia salvar foram desnudados pelas baionetas da Prússia, mas esse regime imperial é a tal ponto a forma política inevitável da “ordem”, a ordem da sociedade burguesa, que a própria Prússia só pareceu destruir sua sede central em Paris porque a estava transferindo para Berlim. O Império não é somente, como seus predecessores, monarquia legítima, monarquia constitucional e república parlamentar, uma das formas políticas da sociedade burguesa; ele é ao mesmo tempo sua forma mais prostituída, mais acabada e a última. É o poder de Estado da dominação de classe na época moderna, pelo menos no continente europeu. (Marx, 1968a, p.272-273)

Sem dúvida, o momento em que o texto foi redigido, quando o círculo de fogo contrarrevolucionário se fechava implacável sobre os *communards*, deixando claro qual seria o terrível desfecho, contribui para explicar o caráter definitivo que ele atribui ao “regime imperial” enquanto forma política do poder burguês. Sabemos entretanto que a previsão não se confirmou inteiramente: a dominação de classe na época moderna, no continente europeu e alhures, assumiu outras formas

de Estado. Na França, a república parlamentar institucionalizou-se sobre a paz de cemitério imposta pelo massacre dos *communards*, mostrando-se compatível com a conservação das relações capitalistas de produção. Mas o texto aponta com lucidez para o caráter intrinsecamente violento da máquina estatal burguesa, confirmado na monstruosa carnificina de 1914-1918, no fascismo, no nazismo, nos horrores do colonialismo, na nova carnificina europeia de 1939-1945 e em nossos dias na chuva de mísseis que as burguesias do “Ocidente”, atreladas ao cartel bélico da Otan na condição de sócios menores do Pentágono, fazem chover periodicamente sobre os países recalcitrantes da periferia.

Coube a Engels, que sobreviveu doze anos a seu grande amigo e parceiro, tirar as conclusões teórico-programáticas e táticas da nova situação. Já não era mais possível considerar a república a forma política da transformação social no continente europeu, como fizera Marx no *Dezoito brumário*. Ela representa, sem dúvida, um avanço relativamente às formas imperiais do poder de Estado, resultantes, como o Reich alemão, da centralização monárquica de um poder de origem feudal, ou, como o Segundo Império francês, da manipulação reacionária de plebiscitos. Mas, como ele observa no final da “Introdução” à edição alemã de 1891 de *A guerra civil na França* (em que presta homenagem aos vinte anos da epopeia de 1871, cujo desenrolar acompanhara, como Marx, passo a passo), referindo-se especialmente à Alemanha de então, onde prosperava

a veneração supersticiosa pelo Estado e por tudo que a ele se refere: [...] Acreditam ter dado um passo prodigiosamente audacioso ao se libertarem da fé na monarquia hereditária e entusiasmarem-se pela república democrática. Na realidade, porém, o Estado nada mais é do que *uma máquina para a opressão de uma classe por outra* e isso, bem entendido, *não menos numa república democrática* do que na monarquia.

Mas é na peroração final dessa “Introdução” que Engels formula a mais importante lição histórica da epopeia dos *communards*:

Ultimamente o filisteu social-democrata foi tomado de um terror sagrado ao ouvir pronunciar a expressão ditadura do proletariado. E bem, senhores, querem saber com o que se parece essa ditadura? Olhem para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado. (Engels, 1968, p.301-302)

Engels voltou ainda a se referir à Comuna em 1895, ano de sua morte, na “Introdução” a *As lutas de classe na França* (1848-1850), coletânea de artigos de Marx que até então não tinham sido reunidos em forma de livro. Com um olho posto nos franceses e outro nos alemães, ele analisa a tática do movimento operário à luz de meio século de combates, de Paris em 1848 e 1871 a Berlim em 1895, notando que, longe de enterrar definitivamente o proletariado combativo,

como alguns tinham acreditado, a Comuna de Paris, a guerra franco-alemã foram o ponto de partida de seu mais formidável desenvolvimento:

A completa transformação de todas as condições da guerra pelo recrutamento de toda a população apta a empunhar as armas em exércitos cujos efetivos se contam por milhões, as armas de fogo, os obuses e os explosivos de efeito desconhecido até então [...] puseram bruscamente fim ao período das guerras bonapartistas e asseguraram o desenvolvimento industrial pacífico, tornando impossível qualquer guerra que não seja uma guerra mundial de inédita crueldade e cujo desfecho seria absolutamente incalculável. (Engels, 1974, p.22-23)

A estupenda compreensão histórica de Engels permitiu-lhe vislumbrar, dezoito anos antes do desencadeamento da grande carnificina liberal-imperialista, a dimensão mundial e a “inédita crueldade” que assumiria “uma guerra mundial” (que diria de Hiroshima e de Nagasaki?). Mas, no horizonte histórico da Europa de 1895, parecia razoável supor que o poder destrutivo das novas armas exerceria efeito dissuasivo sobre os meios militaristas das potências europeias, exorcizando o horrível espectro do triunfo universal da morte e tornando plausível a hipótese de um “desenvolvimento industrial pacífico”. O efeito dissuasivo das novas armas afetaria também o recurso à insurreição por parte das massas proletárias. “Outrora, havia as relativamente pouco eficazes balas e obuses da artilharia; atualmente há os obuses de percussão dos quais basta um só para estraçalhar a melhor barricada” (Engels, 1974, p.29). O novo urbanismo dos grandes “boulevards” tinha também contribuído para tornar bem mais difíceis os combates de rua. “Seria insensato o revolucionário que escolhesse os novos distritos operários do norte e do este de Berlim para um combate de barricadas” (Engels, 1974, p.30).

Entretanto, o avanço eleitoral do partido socialista alemão, que se servia melhor do que os franceses do sufrágio universal, aceito por Bismarck em 1866, parecia ter afastado essas perspectivas catastróficas. Ao esmagamento da Comuna de Paris, os proletários alemães tinham respondido pela resistência pacífica e pelo combate eleitoral. “Mostrando a seus camaradas de todos os países como servir-se do sufrágio universal, eles lhes tinham fornecido uma nova arma das mais afiadas” (Engels, 1974, p.24). Com efeito, após resistir vitoriosamente aos doze anos de ilegalidade (1878-1890) a que os tinha condenado a lei de exceção de 1878, os social-democratas tinham se tornado um grande partido de massa. Já em 1890, obtiveram a maior porcentagem dos votos para o Reichstag (19,8%); em 1893, atingiram 23,4%. Um revolucionário deve ser otimista. A possibilidade de levar adiante o combate pelo socialismo pela via da luta de massas e da disputa do voto pouparia à população as inevitáveis atrocidades da guerra. Como não saudar essa perspectiva? Por isso, analisando concretamente a situação, ele considerou tática correta, para a Alemanha de então, a participação nas eleições e não as formas armadas e insurrecionais de luta. Mas o otimismo socialista não o fez perder de

vista a possibilidade de conjunturas históricas mais sombrias. Sabia muito bem que, no plano dos princípios, as alternativas insurreição ou voto, luta armada ou luta pacífica, são táticas, posto que concernem aos meios (forma de luta e de organização) e não aos fins (o programa comunista), mas também que meios e fins se interpenetram dialeticamente na lógica da ação, tornando fugidia e imprecisa a linha divisória entre decisão tática e objetivo programático.

A evolução política europeia no final do século XIX permitia esperar que a luta pacífica, por meio da qual o movimento operário alemão obtivera notáveis vitórias eleitorais, tivesse um longo futuro. Sabendo entretanto que só a situação concreta pode indicar a melhor tática a seguir, Engels evita fórmulas peremptórias e generalizações apressadas. Dessa necessária cautela aproveitaram-se os oportunistas de então para deturpar sua análise. Cortaram do texto da “Introdução” tudo aquilo que não convinha à tese de que a luta política da classe operária deveria circunscrever-se no âmbito da legalidade burguesa, atendo-se aos métodos eleitorais, de maneira a sugerir insidiosamente que era essa a lição que Engels tinha tirado do massacre da Comuna. Este, porém, viveu ainda o suficiente para desmascará-los. Primeiro numa carta de 1º de abril de 1895, endereçada a Kautsky:

Vejo hoje com espanto no *Vorwaerts* [órgão central da social-democracia alemã, do qual W. Liebknecht era o chefe de redação], um extrato de minha introdução, reproduzido sem meu conhecimento e arranjado de maneira a me fazer aparecer como um adorador da legalidade a qualquer preço. Por isso tanto maior é meu desejo de que a introdução apareça sem cortes em *Neue Zeit* [órgão teórico da social-democracia alemã] afim de que esta impressão *vergonhosa* seja apagada. Direi muito claramente a Liebknecht minha opinião sobre esse assunto, bem como àqueles, sejam quem forem, que lhe deram esta ocasião de *desnaturar* minha opinião. [grifos nossos]

Em 3 de abril, numa carta em francês enviada a Paul Lafargue, ele desenvolve a crítica e fixa sua posição:

W. [Liebknecht] acaba de me pregar uma bela peça [*joli tour*]. Ele extraiu de minha introdução aos artigos de Marx sobre a França de 1848-1850 tudo que pode lhe servir para sustentar a tática *a todo custo pacífica e antiviolenata* que lhe apraz defender, há algum tempo [...]. Mas essa tática, eu só a preconizo *para a Alemanha de hoje e ainda assim com muita reserva*. Para a França, a Bélgica, a Itália, a Áustria, essa tática não poderia ser inteiramente seguida e, para a Alemanha, ela poderá amanhã se tornar inaplicável. [grifos no original]¹³

13 As duas cartas foram reproduzidas na nota dos editores de *Les luttes de classe en France* (p.8-9, nota 1). Ver também Marx e Engels (1971a, p.528-529). Foi preciso esperar o triunfo da revolução bolchevique para que fosse publicado o texto integral da “Introdução” de Engels.

A força, com efeito, é a *ultima ratio* da dominação de classe; o grau de violência da luta política é menos uma escolha dos oprimidos do que uma imposição das classes dominantes. Renunciar por princípio a responder pela violência das massas à violência dos opressores é renunciar unilateralmente a um meio ao qual a burguesia não hesita em recorrer em momentos decisivos. Menos de vinte anos após a morte de Engels, justificando *a posteriori* sua firmeza contra os semeadores de ilusões, o culto pacífico da legalidade a qualquer preço transformou-se, pela dialética perversa do oportunismo social-democrata, em social-patriotismo belicoso.

Diante da catástrofe de 1914

É de Luigi Cortese a melhor análise que conhecemos sobre os efeitos que a erupção da grande guerra entre os Impérios centrais e os imperialistas franco-ingleses, aliados à Rússia czarista, provocaram no pensamento de Lenin. O dilúvio de chumbo, aço e fogo que mudou brusca e catastroficamente o curso da história nele suscitaram, segundo Cortese, “uma série de contragolpes que fortaleceram elementos já presentes, mas também [...] encaminharam-no para direções novas”. Até 1914, com efeito, Lenin via o curso histórico provável da revolução proletária com otimismo não menor do que o do restante da Segunda Internacional; para ele também, “a lógica da transição para o socialismo estava incluída na própria lógica do desenvolvimento capitalista, que em certo sentido a garantia, e a revolução socialista eclodiria da plenitude daquele desenvolvimento”. Com o desencadeamento da guerra, ele compreendeu que aquela lógica tinha sido rompida “porque a plenitude do desenvolvimento capitalista coincidia com uma crise que estava ameaçando a essência mesma da civilização humana moderna” (Cortese, 1997, p.244).

Com efeito, como distingui-la da barbárie moderna?

Um texto importante escrito em fins de 1913, “Observações críticas sobre a questão nacional”, deixa clara a confiança que Lenin ainda mantinha na hipótese otimista da Segunda Internacional. Ele aí enfatiza

a tendência histórica universal do capitalismo à destruição das barreiras nacionais, a assimilar as nações, uma tendência que se torna de década em década mais vigorosa e constitui um dos fatores principais para a transformação do capitalismo em socialismo.

Acrescenta:

O marxismo substitui a cada nacionalismo o internacionalismo, a fusão de todas as nações numa unidade superior, que se desenvolve sob nossos olhos, com cada novo quilômetro de ferrovia, com cada novo *trust* internacional, com cada nova associação operária. (Lenin, 1959, p.21)

A guerra entre as grandes potências europeias reduziu a lava e a magma ensanguentadas aquelas exaltantes esperanças. Para reconstruí-las, cumpria antes de mais nada discernir, em plena carnificina, as linhas de ação que permitiriam travar a guerra contra a guerra, isto é, a guerra de classes contra a guerra imperialista. Cumpria também, além da denúncia do fato consumado da traição social-democrata, analisar os fatores objetivos que explicassem a deflagração do confronto bélico generalizado, cuja possibilidade Engels havia discernido em 1895, mas que, como vimos, ele considerara improvável. A estatura histórica e intelectual de Lenin assumiu toda sua grandeza quando ele enfrentou vitoriosamente essas gigantescas tarefas históricas.

Segundo Löwy, a traição social-democrata provocou em Lenin impacto mais profundo do que o próprio desencadeamento da guerra. Prisioneiro da ortodoxia determinista, ele teria nutrido “ilusões” a respeito da Segunda Internacional (Löwy, 1970, p.259). Tanto assim que, quando lhe mostraram um exemplar do *Vorwärts* do dia 4 de agosto de 1914, noticiando que a social-democracia alemã tinha votado a favor do orçamento de guerra, ele bradou: “Isso é um boato do Estado maior alemão!”. A explicação que Löwy propõe é pois bem simples: a ortodoxia determinista explica as ilusões de Lenin e sua surpresa diante da traição cometida pela Segunda Internacional.

Sem dúvida, é difícil saber qual das duas, a guerra ou a traição, exerceu efeitos mais catastróficos sobre as perspectivas otimistas do movimento operário internacional. Obviamente, sem a guerra, o social-patriotismo não teria tido ocasião de prosperar. Mas, de outro lado, se os dirigentes social-democratas tivessem encorajado a massa dos trabalhadores a resistir ao destino de carne de canhão na guerra imperialista, essa última poderia ter sido, se não evitada, pelo menos limitada em seu alcance e em sua duração.

Em qualquer hipótese, não se pode negar que durante os dois anos que precederam a guerra, os melhores dirigentes da Segunda Internacional desenvolveram um grande esforço de mobilização das massas operárias pela paz.

O ano de 1912, relembra Louis Aragon, tinha registrado brilhantes sucessos para o socialismo internacional. Na primavera, as eleições alemãs tinham tornado o partido social-democrata o maior do Reichstag. O socialista Scheidemann tinha-se sentado na cadeira presidencial dessa Assembleia. (Aragon, 2005, p.417)

Foi pois numa atmosfera de entusiasmo internacionalista que se desenrolou, no final de novembro, o Congresso de Basileia pela paz. Entre os dirigentes que tomaram a palavra, Clara Zetkin suscitou a mais forte emoção. Vinculando a confiança no futuro às lutas do presente, ela se dirigiu em especial às mulheres socialistas:

Se nós, as mães, inspirarmos em nossos filhos o ódio o mais profundo pela guerra, se implantarmos neles, desde a primeira juventude, o sentimento, a consciência da fraternidade socialista, então virá o tempo em que, na hora do perigo mais iminente, não haverá na Terra poder capaz de arrancar esse ideal de seus corações. Então, no tempo do perigo e do conflito o mais terrível, eles pensarão primeiro em seu dever de homem e de proletário. (Aragon, 2005, p.436)

A coragem unida à lucidez dá consistência à esperança. Na França, Jean Jaurès, o dirigente socialista mais respeitado pelas massas populares, tinha constantemente alertado, em seus livros, em seus artigos de *L'Humanité* (jornal do qual foi fundador e diretor até a morte), em seu combate de deputado, nos grandes *meetings* pela paz em que foi o orador principal, contra a maré montante do belicismo e exortado os trabalhadores a não se deixar levar pelo otimismo desmobilizador dos que, confiantes na marcha inexorável do mundo para o socialismo, subestimavam os graves perigos do momento. O extremista de direita que o assassinou na tarde de 31 de julho de 1914, quando a guerra explodia, explicou à polícia, para comprovar que matara “um traidor do país”, que Jaurès tinha “combatido a lei dos três anos”.¹⁴

A traição social-democrata ao compromisso solene de lutar contra a guerra e de não permitir que as burguesias dos países beligerantes se servissem de “seus” trabalhadores como carne de canhão, introduzira no movimento operário europeu uma amarga e duradoura ruptura. Por isso mesmo, o fato de que o patriotismo belicoso tenha em toda parte levado a melhor sobre o internacionalismo, bem como a ilusão de que a guerra seria rápida, merecem uma análise aprofundada.

Em toda a Europa, os povos sofreram rígido enquadramento militar. O fato de que as massas operárias, em vez de seguir Clara Zetkin e Jaurès, tenham-se deixado empurrar para os enormes matadouros do *front* mostra antes de mais nada o brutal poderio da máquina do Estado. As deserções eram punidas com penas severíssimas, frequentemente com fuzilamento. Quanto aos partidos e aos dirigentes, embora o pior papel tenha sido exercido pela social-democracia alemã, que foi a primeira a renegar os solenes compromissos assumidos perante a Internacional, ao votar no Reichstag a favor do orçamento de guerra do Kaiser, as demais seções nacionais da Segunda Internacional tiveram comportamento semelhante. Jules Guesde, ao lado de Jaurès o maior nome do socialismo francês, não somente aderiu à Union Sacrée (o bloco bélico de todos os partidos para enfrentar a Alemanha), mas também foi ministro do governo de guerra de 1914 a 1916.¹⁵

14 Essa lei aumentou para três anos a duração do serviço militar obrigatório. (Ver Le Clère, 1969, p.147).

15 Contrastamos as trajetórias de Jaurès e de Guesde em *Crítica Marxista* n.24 (Quartim de Moraes, 2007, p.142-172), especialmente na apresentação de “O socialismo francês em 1900: o grande debate entre Jean Jaurès e Jules Guesde”, na qual notamos, a propósito de Guesde, que após se opor, em nome da pureza revolucionária, a qualquer colaboração com governos burgueses, aceitou

Apesar de carregar o epíteto de renegado, Kautsky não foi tão longe na trilha do social-patriotismo.

Nada é menos dialético do que reduzir um fato histórico complexo a uma explicação simples. Quando tantos se comportam como traidores, os fatores morais e psicológicos perdem importância relativamente aos fatores políticos e econômicos. Mesmo porque a traição cometida pela grande maioria dos dirigentes da social-democracia europeia explica a fraca resistência operária à guerra, mas não a própria guerra. Tampouco parece-nos que o caráter “determinista” do marxismo de Kautsky (em cujo “anel de ferro” Lenin teria, segundo Löwy, permanecido muitos anos) possa contribuir para explicar sua capitulação política de 1914. Sua posição filosófica determinista permaneceu a mesma tanto durante seu internacionalismo de muitas décadas quanto após aderir ao social-patriotismo.

No que concerne ao impacto que a imensa tragédia desencadeada durante a última semana de julho de 1914 (bombardeio de Belgrado pelos austríacos, mobilizações gerais e declarações multilaterais de guerra dos dois lados) exerceu sobre Lenin, merece referência o relato biográfico de Curzio Malaparte, escrito bem antes de este último aderir ao comunismo.¹⁶ Durante o mês de julho de 1914, acompanhado por sua mulher, por Zinoviev e alguns outros camaradas, Lenin viajara para a zona montanhosa da Polônia, como já o fizera no verão de 1913. Estava instalado numa aldeia perto de Zakopane, nos Cárpatos, quando a guerra estourou. Detidos pela polícia austríaca, ele e Zinoviev foram conduzidos à fronteira da Suíça duas semanas depois. Quem leu *Kapput* ou *A pele* sabe que em Malaparte a imaginação do romancista ultrapassa livremente a fronteira entre o observado e o imaginado. Mais qualquer que seja o grau de invenção literária de seu retrato de Lenin desembarcando em Berna, há nele sem dúvida alguma verdade histórica:

Os que encontraram Vladimir Ilitch em sua chegada a Berna não podiam reconhecer nesse homem recurvado, de fisionomia pálida, com os olhos assustados, as mãos trêmulas, o líder bolchevique de Genebra, de Londres e de Paris, de gestos vivos, de riso estridente. Lenin não tinha previsto a guerra. Até o último momento, é o próprio Zinoviev que o diz, ele tinha mantido a confiança na social-democracia alemã e na Segunda Internacional.

participar, junto com outros “social-patriotas”, do governo dito de “União Sagrada” que dirigiu a França beligerante durante a horrível carnificina de 1914-1918.

16 Malaparte aderiu bem jovem ao fascismo, participou da marcha sobre Roma em 1922, desenvolveu intensa atividade editorial no movimento fascista, sem perder a verve crítica. Em 1931, o ensaio *A técnica do golpe de Estado*, em que atacava tanto Mussolini quanto Hitler, valeu-lhe ser expulso do Partido Nacional Fascista e deportado por cinco anos na ilha de Lipari. Foi correspondente de guerra na frente leste, onde testemunhou a bravura e a grandeza do Exército Vermelho e do povo soviético. Terminada a guerra, aderiu ao Partido Comunista italiano.

E acrescenta: “Muitos de seus camaradas, escreveu Zinoviev, estavam impressionados com a mudança que a guerra tinha produzido nele. A própria expressão de sua fisionomia tinha-se transformado” (Malaparte, 1932, p.230).

A mais grandiosa revolução

Admitindo, apenas por hipótese, que a surpresa, decepção e abatimento de Vladimir Ilitch diante da traição cometida pela Segunda Internacional tenham sido tão profundos quanto pretende Malaparte, foi admirável a rapidez com que ele recuperou sua energia habitual. Durante sua permanência na Suíça, ele consagrou-se à elaboração de “Imperialismo, estágio superior do capitalismo”, para a qual a leitura do inglês Hobson e do marxista alemão Hilferding (mais tarde assassinado pelos nazistas) foi sem dúvida muito mais importante do que a de Hegel. Para ter uma ideia do alcance da inflexão teórica imprimida ao marxismo por Lenin nessa obra decisiva, basta notar que a noção de *imperialismo* não faz parte do vocabulário de Marx e de Engels e que eles empregam o termo *colônia* em sentido certamente distinto (senão oposto) ao que ele assumirá a partir da Revolução de Outubro. A esse respeito, o marxista estadunidense James O’Connor notou que, além do breve capítulo final do livro I, são muito raras as referências de *O capital* à economia do colonialismo (O’Connor, 1970, p.107). Para que fosse exato, deveria ter esclarecido que no referido capítulo (XXXIII), Marx discute a “teoria moderna da colonização” na perspectiva histórica da expansão planetária do capitalismo, sem sequer se servir do termo *colonialismo*, que também não figura em seu vocabulário. Seu tema era outro: a proletarianização do campesinato.

Identificando as novas linhas de força do modo capitalista de produção chegado à maturidade, Lenin tornou a teoria marxista plenamente capaz de compreender o século XX. Sua radical ruptura com o eurocentrismo da Segunda Internacional fica evidente nas cinco características principais que discerne na transformação imperialista do capitalismo. As duas primeiras concernem à lógica objetiva do modo de produção capitalista enquanto tal (concentração monopolista da produção, interpenetração do capital bancário e do capital industrial, conduzindo à dominação da oligarquia financeira), mas as três últimas remetem à dominação dos países coloniais pelo imperialismo: preponderância da exportação de capitais sobre a de mercadorias; partilha do mundo entre os agrupamentos capitalistas; conclusão da partilha territorial do planeta entre as grandes potências. Assim pois, a imensa periferia colonial deixava de ser teoricamente periférica.

Sintomaticamente, não há alusão à teoria do imperialismo no artigo de Löwy, como se fosse possível falar seriamente da evolução (segundo ele da mudança filosófica radical) do pensamento de Lenin entre 1914 e 1917 sem levar em conta a obra econômica marxista mais importante do século XX. Ainda mais sintomática é a omissão da Revolução de Fevereiro na explicação que Löwy propõe da

virada da política bolchevique preconizada por Lenin ao desembarcar na estação finlandesa de Petrogrado em abril de 1917. Segundo ele,

liberado do obstáculo representado pelo marxismo pré-dialético [sic], Lenin pôde, *sob o impulso dos acontecimentos*, desembaraçar-se rapidamente de seu *corolário político*: o princípio abstrato e enrijecido segundo o qual “a revolução russa só pode ser burguesa: a Rússia não está economicamente madura para uma revolução socialista”. (Löwy, 1970, p.263; grifos no original)¹⁷

À parte a vaga e um tanto acaciana alusão ao “impulso dos acontecimentos”, Löwy dá a entender que a leitura de Hegel em 1916 constitui explicação suficiente da grande virada de março-abril, que conduziu em outubro à tomada de todo o poder pelos *soviets*. Nessa visão livresca do combate revolucionário, que ignora a derrubada da autocracia czarista, a questão decisiva é taxonômica: eram pré-dialéticos os marxistas (mesmo os mais firmes bolcheviques) que declaravam burguesa a revolução vindoura na Rússia; dialéticos aqueles (mesmo se fossem mencheviques) que a declaravam socialista.

Para Lenin, em vez disso, a questão decisiva não concernia à taxonomia. A revolução de fevereiro instaurou uma nova situação política, que exigia uma mudança igualmente radical do programa e da tática dos bolcheviques. Ele a explicitou nas “Teses de Abril”, aliás “As tarefas do proletariado na presente revolução” (o texto foi publicado em *Pravda* de 7 de abril de 1917): “O que há de original na situação atual é a *transição* da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia [...] a sua *segunda* etapa, que deve dar o poder ao proletariado e às camadas pobres do campesinato” (Lenin, 1966a, p.12).

A questão foi retomada num pequeno, mas decisivo artigo sobre a dualidade do poder, publicado em 9 de Abril de 1917 em *Pravda*: “ao lado [...] do governo da *burguesia*, formou-se *um outro governo* [...] são os soviets dos deputados operários e soldados”, o qual, considerado quanto a sua composição de classe, é uma ditadura revolucionária do proletariado e dos camponeses “sob o uniforme do soldado” (Lenin, 1966b, p.28). Rigorosamente e sem hesitar, ele tirou as consequências de sua análise da dualidade de poder instaurada pela revolução de fevereiro: era preciso derrubar o governo burguês. A palavra de ordem central da grande Revolução de Outubro não consistiu em afirmar que seu caráter seria socialista, e sim “todo o poder aos soviets”. Foi essa a audácia que surpreendeu mesmo os velhos militantes bolcheviques.

Löwy, na trilha de Trotsky, atribui papel litúrgico às “Teses de abril”. Que elas marcam uma inflexão decisiva no programa dos bolcheviques, é evidente. Mas ela foi decisiva porque mobilizou o partido na luta pelo poder: já que só o

¹⁷ A passagem entre aspas remete a “Duas táticas...”, que Löwy cita numa edição em espanhol (p.257-258, notas 6, 7, 8).

programa bolchevique podia satisfazer as aspirações as mais básicas e urgentes da grande maioria do povo russo, era preciso marchar para uma nova revolução e, para tanto, tirar dos mencheviques e dos socialistas revolucionários o controle dos *soviets*. As grandes palavras de ordem da propaganda bolchevique, “a paz, o pão, a liberdade completa” (Lenin, 1966a, p.30), nada tinham de especificamente socialista. Mesmo após suas leituras hegelianas, Lenin não pretendia instaurar por decreto uma economia socialista. É o que ele tinha sublinhado nas “Teses de abril”: “Nossa tarefa *imediate* não é ‘introduzir’ o socialismo, mas unicamente passar desde logo ao *controle* da produção social e da distribuição dos produtos pelos *soviets* dos deputados operários” (Lenin, 1966a, p.14).

Com efeito, as grandes medidas econômicas decretadas de imediato pela República dos Soviets foram o confisco, sem indenização, das grandes propriedades fundiárias (26 de outubro de 1917, calendário ortodoxo) e a estatização dos bancos (27 de dezembro de 1917). Mais tarde, face à guerra civil, estatizaram-se o comércio exterior (2 de maio de 1918), a indústria petrolífera (20 de junho de 1918), seguida pelo restante da grande indústria (28 de junho de 1918). Nenhuma dessas medidas abolia radicalmente as relações burguesas de produção. A distribuição da terra aos camponeses deixava aberta a porta para o desenvolvimento das relações de mercado. Mesmo as nacionalizações de junho de 1918, que sem dúvida configuravam passos adiante rumo a uma economia socialista, não correspondiam à execução de um programa preestabelecido de coletivização integral da indústria, mas visavam, no quadro do “comunismo de guerra”, a tirar da burguesia os setores-chave da produção.

A heterodoxia leninista

Confirmando a grande esperança de emancipação social da humanidade anunciada por Marx e Engels em 1848, a Revolução de Outubro apresentou pelo menos dois componentes fortemente heterodoxos: o partido de vanguarda (organização revolucionária “de tipo novo” relativamente à Liga dos comunistas em cujo nome Marx e Engels tinham redigido o *Manifesto*) e a aliança da classe operária com o imenso campesinato russo, construída no programa e na ação pela lúcida e audaciosa política dos bolchevistas sob a direção do grande Lenin, que trouxe aos camponeses a paz e a terra.

A possibilidade de tal aliança, decisiva para o triunfo da revolução (e não apenas na Rússia, já que, vale lembrar, os soldados que esmagaram a Comuna de Paris eram de extração camponesa), sequer é considerada no *Manifesto*. Ao contrário, o camponês (der Bauer) é aí apresentado, com os outros estamentos médios (Mittelstände), como “conservadores, mais ainda, reacionários, já que tentam virar para trás a roda da História” (Marx; Engels, 1978b, p.427). Sabemos que não foi essa a última palavra de Marx e de Engels sobre os camponeses. Mas as retificações que trouxeram mais tarde foram no sentido de enfatizar a importância da aliança da classe operária com outras forças sociais potencialmente anticapitalistas. As-

sim, em 1875, Marx criticou acerbamente, entre outros “absurdos” do programa do partido operário social-democrata alemão adotado no congresso de Gotha, a tese de que “face à classe dos trabalhadores, todas as outras classes não passam de uma massa reacionária”. Esclarece que as camadas médias e os camponeses são reacionários na medida em que travam contra a burguesia, para preservar “todas suas posições sociais decorrentes de modos de produção obsoletos”, uma luta condenada ao fracasso porque o avanço da grande indústria (capitalista) é inexorável. Mas podem se tornar revolucionários na medida em que se proletarizam. Vale dizer: deixam de ser reacionários e podem se tornar revolucionários na medida em que deixam de ser camadas médias e camponeses. Ainda não está contemplada, portanto, na “Crítica ao programa de Gotha”, a possibilidade da aliança da classe operária com os camponeses enquanto tais. Ela será reconhecida na carta de 8 de março de 1881 a Vera Zasulich, em que após ter lembrado que em *O capital* a “fatalidade histórica” da “expropriação dos cultivadores” foi “expressamente restringida aos países da Europa ocidental”, Marx concorda com a tese de que a comuna rural “é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia” (Marx; Engels, 1971a, p.349-350).¹⁸

A classe operária triunfou na Rússia porque garantiu aos camponeses a paz e a terra, livrando-os de uma só vez da hecatombe nas trincheiras da “Grande Guerra” e da exploração dos grandes agrários. Assim, a formação do primeiro Estado operário simultaneamente confirmou e retificou as perspectivas de uma revolução proletária internacional. Enquanto durou o exaltante influxo da Revolução de Outubro, os dirigentes soviéticos, tanto quanto os do movimento operário revolucionário europeu, interpretaram a “retificação bolchevista” como mero desvio de rota relativamente ao curso da revolução proletária previsto no *Manifesto*. Viram nela a confirmação da ortodoxia por meios heterodoxos. Continuaram confiantes em que, rompido o *elo mais fraco* do capitalismo, o proletariado logo conquistaria o poder nos países economicamente mais avançados: o grande rio da História voltaria a seu curso normal. Tanto assim que Lenin, em geral comedido e sóbrio em suas previsões, concluiu o discurso de encerramento do Primeiro Congresso da Internacional Comunista, em 6 de março 1919, com a solene declaração de que estava próxima a hora da fundação da República Mundial dos Soviets (Lenin, 1961a, p.501). A previsão pode, *ex post*, parecer excessivamente otimista. Mas, em 1919, era objetivamente possível fazer o mundo mudar de base. Os dirigentes da Rússia revolucionária e do movimento comunista internacional tiveram pois razão de considerar que estavam diante do prelúdio da vitória do proletariado na Europa central e ocidental. Dezesesseis meses depois, em 19 de julho de 1920, Lenin reiterou aquela proclamação no final de seu Relatório sobre a situação internacional apresentado na sessão de abertura do Segundo Congresso da In-

18 Na verdade, Marx havia já expressado a mesma posição em novembro de 1877 em sua resposta a Mikhailovsky, que ele não publicou (Marx, 1968b, p.1552-1555).

ternacional Comunista: “se nossos camaradas de todos os países nos ajudarem agora a organizar um exército único, nada mais poderá nos impedir de completar nossa obra. Esta obra é a revolução proletária universal, a criação da República Universal dos Soviets” (Lenin, 1961b, p.241).

Estar convencido da proximidade da revolução mundial não impediu Lenin de dirigir o olhar para a periferia colonial no Relatório da Comissão Nacional e Colonial, que ele apresentou uma semana depois, em 26 de julho de 1920, ao mesmo Congresso. A “ideia essencial” das teses da Comissão é “a distinção entre os povos oprimidos e os povos opressores”. Essa distinção, ausente do vocabulário e do pensamento de Marx e de Engels (já que ela decorre em linha reta da teoria do imperialismo), exprime a mais larga contradição da humanidade:

O traço característico do imperialismo é que o mundo inteiro [...] se divide atualmente num grande número de povos oprimidos e um número ínfimo de povos opressores, que dispõem de riquezas colossais e de uma poderosa força militar. Estimando a população total do globo em um bilhão e três quartos, a imensa maioria, compreendendo muito provavelmente um bilhão duzentos e cinquenta milhões de seres humanos [...], pertence aos povos oprimidos, os quais ou se encontram colocados sob um regime de dependência colonial direta, ou constituem Estados semicoloniais, como a Pérsia, a Turquia, a China. (Lenin, 1961b, p.247-248)

Mas justamente porque a vitória do proletariado russo anunciava uma grande ofensiva revolucionária sobre o continente europeu, a contradição entre povos oprimidos e povos opressores não ocupava o primeiro plano na situação internacional. O triunfo do socialismo nas metrópoles devia acarretar, conforme o velho adágio romano *accessorium sequitur principale*, a emancipação imediata das colônias. Quatro anos mais tarde, entretanto, no mesmo momento em que morria o fundador do bolchevismo, a vaga revolucionária do proletariado europeu quebrava-se nas muralhas da ordem burguesa.

Nos anos seguintes, a corrente de fundo do movimento revolucionário deslocou-se para a periferia colonial do sistema capitalista mundial, mudando, por isso mesmo, de método (guerras revolucionárias) e de objetivo (libertação nacional). Onde e quando essas revoluções anticoloniais e anti-imperialistas aprofundaram-se rumo ao socialismo, a começar pela longa marcha de libertação da imensa sociedade chinesa, primeiro grande passo para a emancipação dos povos da Ásia submetidos ao jugo colonial-imperialista, estava sempre presente a *aliança operário-camponesa*. Claro que o peso relativo destas duas grandes forças sociais no interior da frente de libertação nacional variou em função da composição de classes dos diferentes povos em luta (além dos intelectuais, amplos setores da pequena burguesia patriótica participaram a fundo do combate libertador). Desnecessário insistir em que todas essas lutas foram heterodoxas em relação ao *Manifesto*.

Nem por isso as previsões formuladas em 1848 por Marx e Engels deixaram de encontrar confirmação histórica. Decisivo foi o papel desempenhado pela classe operária e especialmente pelos comunistas na defesa da República durante a guerra civil espanhola de 1936-1939. A grandiosa vitória da União Soviética sobre a Alemanha hitleriana, numa Europa onde os comunistas tinham constituído a espinha dorsal da resistência ao nazifascismo, abriu, mais uma vez, a perspectiva concreta de repor a História no curso previsto pelo *Manifesto*. No imediato pós-guerra, grandes conquistas sociais marcaram o auge do avanço democrático nas sociedades capitalistas europeias. Diferentemente de 1922-1924 e de 1939, esse avanço não foi aniquilado pela contrarrevolução aberta e armada: a gloriosa bandeira vermelha tremulando no topo do Reichstag de Berlim desde 8 de maio de 1945 incitava à prudência a burguesia europeia. Graças, porém, ao imperialismo estadunidense (também militarmente vitorioso em 1945), que juntou os dólares do plano Marshall à intoxicação da Guerra Fria, reforçada pela chantagem nuclear e pela Aliança Atlântica, aliás Otan, criaram-se condições para uma nova estabilização burguesa no ocidente europeu. O ímpeto das forças operárias e socialistas na Europa foi amortecido e bloqueado uma vez mais.

Novamente a vaga de fundo da luta revolucionária deslocou-se para os povos dominados pelo sistema capitalista mundial. A luta de libertação nacional alcançou sucessos grandiosos e duráveis. Em 1949, após duas décadas de heroicos combates, os comunistas chineses, sob a direção de Mao Zedong, derrotaram definitivamente as forças contrarrevolucionárias do genocida Chiang Kaishec (que só escapou refugiando-se em Taiwan sob proteção da Marinha de Guerra estadunidense), garantindo o triunfo da revolução nacional e agrária que livrou da opressão e da miséria um quinto da população mundial. Dez anos depois, abrindo a via para o socialismo no Novo Mundo, triunfava em Cuba a revolução popular dirigida por Fidel Castro e Ernesto Guevara. Em 1975, a Frente de Libertação Nacional, dirigida por Ho Chi Minh e Giap, expulsou do Vietnã, numa das mais heroicas guerras populares de resistência de toda a história da humanidade, as forças criminosas do Pentágono e seus fantoches locais. Não por acaso, a última vitória política do proletariado no continente europeu, a Revolução dos Cravos, que derrubou em 1974 o regime salazarista, foi diretamente suscitada pela recusa dos soldados e jovens oficiais portugueses em combater os movimentos de libertação nacional nas colônias africanas.

A última década do século XX foi porém marcada pela derrota e o desmantelamento do bloco soviético e pelo êxito da contraofensiva neoliberal. A ruptura, em proveito do bloco capitalista agrupado na Otan, do equilíbrio internacional de forças, abriu brecha para um novo surto de agressões coloniais. Mas não foram só os povos oprimidos que sofreram as consequências perversas da contrarrevolução burguesa de 1989-1991. Enquanto durou o “perigo comunista”, as burguesias dos países imperialistas, principalmente europeus, se conformaram com as conquistas sociais dos trabalhadores. Desde 1979, entretanto, a política econômica preconizada

por Hayek e consortes da “Escola de Chicago” (já aplicada experimentalmente no Chile, sob a bota de Pinochet, pelos “Chicago-boys” da extrema direita local), foi posta em prática na Inglaterra pela ultrarreacionária Margaret Thatcher, que assumiu fria e explicitamente o trabalho sujo de destruição do “Estado de bem-estar”, promovendo o retrocesso à situação social da *Belle Époque*. Logo em seguida, em 1980, com a chegada à presidência do Império estadunidense do macarthista R. Reagan, o neoliberalismo se impôs no centro hegemônico do capitalismo internacional.

Quando, pelo efeito combinado da ofensiva neoliberal e do fiasco das “reformas” de Gorbachov (que se mostrou totalmente carente de estatura para ultrapassar, rumo ao aprofundamento do socialismo, a estagnação burocrática do poder comunista), o Muro de Berlim foi derrubado e, na sequência, o bloco soviético desagregou-se, as burguesias do mundo inteiro seguiram o exemplo anglo-estadunidense. Assumiram o “programa máximo” da reação neoliberal: resolver a “crise fiscal” dos Estados capitalistas reduzindo os gastos do Estado, notadamente os dos serviços públicos, e suprimindo os direitos sociais dos trabalhadores e as funções estatais que os asseguravam, para poder cobrar menos impostos dos capitalistas, aumentando-lhes os lucros. A influência largamente majoritária dos partidos social-democratas sobre os grandes sindicatos europeus bloqueou uma resposta frontal do movimento operário a esse complexo de medidas antisociais. Minoritárias, as forças anticapitalistas não puderam pesar decisivamente sobre o curso dos acontecimentos. Tanto foi assim que, a curto prazo, não se vê como pôr fim à alternância, sem alternativa de fundo, de governos neoliberais e social-democratas, ambos levando adiante, esses últimos mais moderadamente, a mesma política de redução dos “custos sociais” da valorização do capital.

Nessa segunda década do século XXI, a contradição entre povos oprimidos e povos opressores, pela qual Lenin caracterizou o imperialismo, continuará constituindo, por um período talvez longo, o aspecto principal da luta anticapitalista. Na linha de frente dessa luta estão os povos e os governos que enfrentam a hegemonia estadunidense e a criminoso empreitada de recolonização da periferia empreendida pelos mercenários da Otan. Claro que não se pode excluir a possibilidade de um forte movimento anticapitalista nas metrópoles europeias. Mas em qualquer hipótese, só a convergência do combate operário nos países dominantes com a luta dos povos oprimidos pode romper o elo mais fraco da ordem mundial imposta pela máquina de guerra do capital financeiro.

Referências bibliográficas

- ARAGON, L. *Les cloches de Bâle*. Paris: Denoel, 2005.
- CORTESE, L. Lenin e il problema dello Stato. In: LOSURDO, Domenico; GIACOMINI, Rugeero (orgs.). *Lenin e il Novecento*. Napoli: La Città del Sole. O livro é resultado de um colóquio transcrito em janeiro de 1994 em Urbino, Itália, 1997.
- ENGELS, F. Introduction. In: MARX, K. *La guerre civile en France*. Paris: Éditions Sociales, 1968.

- ENGELS, F. Introduction de 1895. In: MARX, K. *Les luttes de classe en France*. Paris: Éditions Sociales, 1974.
- LE CLÈRE. *L'assassinat de Jean Jaurès*. Paris: s.e., 1969.
- LENIN. Discours de clôture du Congrès de fondation de l'Internationale Communiste (le 6 mars 1919). In: *Oeuvres*, t.28. Paris/Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1961a.
- _____. Impérialisme, stade supérieur du capitalisme. In: *Oeuvres*, t.22. Paris/Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1960.
- _____. Les tâches du prolétariat dans la présente révolution. In: *Oeuvres*, t.24. Paris/Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1966a.
- _____. *Observações críticas sobre a questão nacional*. Paris/Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1959.
- _____. *Oeuvres*, t.20. Paris/Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1959.
- _____. Que faire?. In: *Oeuvres*, t.5. Paris/Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1965.
- _____. Rapport de la Commission Nationale et Coloniale. (présenté le 26 juillet 1920). *Oeuvres*, t.31. Paris/Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1961c.
- _____. Rapport sur la situation internationale. (présenté le 19 juillet 1920). *Oeuvres*, t.31. Paris/Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1961b.
- _____. Sur la dualité du pouvoir. *Oeuvres*, t.24. Paris/Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1966b.
- LÖWY, Michel. De la *Grande Logique* de Hegel à la gare finlandaise de Petrograd. *L'Homme et la Société*, Paris, n.15, janvier-mars 1970.
- MALAPARTE, Curzio. *Le bonhomme Lénine*. Paris: Grasset, 1932.
- MARX, K. *La guerre civile en France*. Paris: Éditions Sociales, 1968a.
- _____. *Oeuvres*, v.II. Paris: Gallimard, 1968b.
- _____. *Les luttes de classe en France*. Paris: Éditions Sociales, 1974.
- _____; ENGELS, F. *Correspondance*. Paris/Moscou: Éditions Sociales/ du Progrès, 1971a.
- _____; _____. *La Commune de 1871*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1971b.
- _____; _____. Die Deutsche Ideologie. In: *Ausgewählte Werke in sechs Bänden*, Band 1. Berlin: Dietz Verlag, 1978a.
- _____; _____. Manifest der Kommunistischen Partei. In: *Ausgewählte Werke in sechs Bänden*, Band 1. Berlin: Dietz Verlag, 1978b.
- O'CONNOR, J. The Meaning of Economic Imperialism. In: RHODES, R. I. (org.). *Imperialism and Underdevelopment*. London/New York: Monthly Review Press, 1970.
- QUARTIM DE MORAES, J. Marx, Engels e Lenin perante a Comuna de Paris. In: BOITO, A. (org.). *A Comuna de Paris na História*. São Paulo: Cemarx/Xamã, 2001.